



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA**

Ofício n.º 08/2021 - GABCOR

Fortaleza/CE, 04 de fevereiro de 2021

A Sua Excelência a Senhora
Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Fortaleza/CE

Assunto: processo administrativo n.º 8504618-68.2020.8.06.0026. Audiência de custódia. Videoconferência. Estruturação das unidades prisionais.

Exma. Sra. Desembargadora Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, reporto-me ao processo administrativo mencionado à epígrafe, que versa sobre a realização de audiência de custódia por videoconferência.

O Conselho Nacional de Justiça, em 26.11.2020, editou a Resolução n.º 357, que *“Dispõe sobre a realização de audiências de custódia por videoconferência quando não for possível a realização, em 24 horas, de forma presencial”*, alterando, em seu art. 1.º, o art. 19 da Resolução n.º 329/2020, que passou a ter a seguinte redação:

*“Art. 19. Admite-se a realização por videoconferência das audiências de custódia previstas nos artigos 287 e 310, ambos do Código de Processo Penal, e na Resolução CNJ n.º 213/2015, **quando não for possível a realização, em 24 horas, de forma presencial.***

§ 1.º Será garantido o direito de entrevista prévia e reservada entre o preso e advogado ou defensor, tanto presencialmente quanto por videoconferência, telefone ou qualquer outro meio de comunicação.

§ 2.º Para prevenir qualquer tipo de abuso ou constrangimento ilegal, deverão ser tomadas as seguintes cautelas:

I – Deverá ser assegurada privacidade ao preso na sala em que se realizar a videoconferência, devendo permanecer sozinho durante a realização de sua

oitiva, observada a regra do § 1.º e ressalvada a possibilidade de presença física de seu advogado ou defensor no ambiente;

II – A condição exigida no inciso I *poderá ser certificada pelo próprio Juiz, Ministério Público e Defesa, por meio do uso concomitante de mais de uma câmera no ambiente ou de câmeras 360 graus, de modo a permitir a visualização integral do espaço durante a realização do ato;*

III – *deverá haver também uma câmera externa a monitorar a entrada do preso na sala e a porta desta; e*

IV – O exame de corpo de delito, a atestar a integridade física do preso, deverá ser realizado antes do ato.

§ 3.º A participação do Ministério Público deverá ser assegurada, com intimação prévia e obrigatória, podendo propor, inclusive, o acordo de não persecução penal nas hipóteses previstas no artigo 28-A do Código de Processo Penal.

§ 4.º *As salas destinadas para a realização de atos processuais por sistema de videoconferência poderão ser fiscalizadas pelas corregedorias e pelos juízes que presidirem as audiências*”. (NR) (Destaques ausentes no original).

Referido normativo estabeleceu uma série de condicionantes estruturais, que requerem dispêndios de recursos públicos a cargo do Poder Executivo, responsável pela guarda e custódia de presos, e, de envolta, **atribuiu às Corregedorias de Justiça e juízes de primeiro grau a fiscalização de sua observância.**

De acordo com Conselho Nacional de Justiça, ao Poder Judiciário cabe velar pela realização das audiências de custódia dentro dos parâmetros estabelecidos, em que pese o custeio da estrutura tocar a poder estatal diverso.

O tema ganhou ainda mais relevância e se **acentuou em urgência** após a prolação da decisão liminar no AgRg na Reclamação n.º 29.303/RJ (extensão), proferida pelo Min. Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal.

Colhe-se do dispositivo:

Sendo assim, diante da plausibilidade jurídica do pedido e da possibilidade de lesão irreparável a direito fundamental das pessoas levadas




ao cárcere, **defiro o presente pedido de extensão, ad referendum do E. Plenário, para determinar ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará que realize, no prazo de 24 horas, audiência de custódia em todas as modalidades prisionais, inclusive prisões temporárias, preventivas e definitivas.** (Destaques no original).

De tudo isso resulta, em minha compreensão, que o cumprimento da Resolução n.º 357/2020 – CNJ e da decisão proferida no AgRg na Reclamação 29303/RJ (extensão) **demand**
uma atuação concertada entre os Poderes Executivo e Judiciário, dada a necessidade de alocação de recursos públicos, **ligados ao sistema carcerário**, e a imposição do **dever de fiscalização**, que nos foi imposto.

Assim, sugiro a Vossa Excelência a atuação conjunta da Presidência da Corte, desta Corregedoria Geral e do Grupo de Monitoração e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF/TJCE) para a condução de tratativas com o Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, a fim de prover os recursos necessários à questão, a qual possui inegável importância social, jurídica e institucional.

Sem mais para o momento, subscrevo o presente, renovando votos de distinguida consideração.

Atenciosamente,


Des. Paulo Ayrton Albuquerque Filho
Corregedor Geral de Justiça